MÉSZÁROS, SOBRE A EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES:

um aporte teórico-político para as mulheres da classe trabalhadora no Brasil

Livia de Cássia Godoi Moraes¹

Resumo: o artigo tem por objetivo retomar a análise de István Mészáros sobre a emancipação das mulheres, no sentido de compreender as suas particularidades dentro da classe trabalhadora, bem como suas estratégias de luta política. O materialismo histórico dialético é a base teórico-metodológica que conduz a análise de Mészáros, sobre a qual também nos alicerçamos. A análise aborda as particularidades das mulheres tanto no que diz respeito à divisão social do trabalho quanto no cotidiano das famílias nucleares no sociometabolismo do capital. Busca-se apontar os limites das lutas das mulheres pela igualdade formal e a necessidade de se ter como horizonte das estratégias políticas a igualdade substantiva. Por fim, o entendimento da realidade recente das mulheres da classe trabalhadora no Brasil sob a crise estrutural do capital e conjuntura de ajustes econômicos e reformas sociais é apresentado como ponto de partida para se estruturarem estratégias de luta com vistas à emancipação.

Palavras-chave: Mészáros – Mulheres – Emancipação – Igualdade Formal – Igualdade Substantiva.

MÉSZÁROS ABOUT WOMEN'S EMANCIPATION: a theoretical and political contribution for working-class women in Brazil

Abstract: the article aims to retake István Mészáros' analysis on the women's emancipation, in order to understand their particularities within the working class, as well as their strategies of political struggle. Dialectical historical materialism is the theoretical-methodological framework that leads to the analysis of Mészáros, on which we also base ourselves. The analysis addresses on women's particularities in the social division of labour and the daily life of nuclear families in the sociometabolism of capital. It seeks to point the limits of the women's struggles for formal equality, and the need to have substantive equality as the horizon of political strategies. Finally, as a starting point

¹ Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com estágio de pós-doutoramento em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Atua como docente do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, onde integra o quadro docente do Programa de Pós-Graduação em Política Social, coordena o Subprojeto de Ciências Sociais do PIBID/UFES e lidera o Grupo de Pesquisa Trabalho e Práxis. E-mail: liviamoraes@outlook.com

for structuring strategies to fight for emancipation, we presented the understanding of the current working-class women’s reality in Brazil under the capital’ structural crisis, and the conjuncture of economic adjustments and social reforms.

Keywords: Mészáros – Women – Emancipation – Formal Equality – Substantive Equality

MÉSZÁROS SOBRE LA EMANCIPACIÓN DE LAS MUJERES: un aporte teórico-político para las mujeres de la clase trabajadora en Brasil

Resumen: El artículo tiene por objetivo retomar el análisis de István Mészáros sobre la emancipación de las mujeres, en el sentido de comprender sus particularidades dentro de la clase trabajadora, así como sus estrategias de lucha política. El materialismo histórico dialéctico es la base teórico-metodológica que conduce el análisis de Mészáros, sobre la cual también nos basamos. El análisis aborda las particularidades de las mujeres tanto en lo que se refiere a la división social del trabajo como en el cotidiano de las familias nucleares en el sociometabolismo del capital. Se busca apuntar los límites de las luchas de las mujeres por la igualdad formal y la necesidad de tener como horizonte de las estrategias políticas la igualdad sustantiva. Por último, el entendimiento de la realidad reciente de las mujeres de la clase trabajadora en Brasil bajo la crisis estructural del capital y la coyuntura de ajustes económicos y reformas sociales es presentado como punto de partida para estructurar estrategias de lucha con vistas a la emancipación.

Palabras clave: Mészáros – Las Mujeres – La Emancipación – Igualdad Formal – Igualdad Sustantiva

Introdução

Vivemos, no Brasil, as especificidades da crise estrutural do capital, em seu aprofundamento contemporâneo. Observamos a face da barbárie na forma de “ajuste fiscal” e de reformas que retiram direitos trabalhistas, direito à saúde e à educação tanto na sua forma mais universal e plena, quanto com cortes de políticas mais focalizadas. Tais mudanças afetam fortemente – mais que o usual – as mulheres da classe trabalhadora. O objetivo do artigo é tomar a análise de Mészáros (2002) sobre a emancipação das mulheres como alicerce para compreensão das condições estruturais e conjunturais a que estão submetidas, com vistas a servir de aporte para a prática política das mulheres brasileiras.

A extensa obra de Mészáros toma por perspectiva a *totalidade*, conforme método de Karl Marx, esmiuçado por Lukács (2012, p. 297), o qual aponta para o fato de que Marx “parte da totalidade do ser na investigação das próprias conexões, e busca apreendê-las em todas as suas intrincadas e múltiplas relações, no grau máximo de

aproximação possível”. Ainda, segundo Lukács (2012, p. 304), “o jovem Marx já havia reconhecido e dito expressamente que toda sociedade constitui uma totalidade”.

Não à toa, a mais completa obra de Mészáros publicada até hoje, “Para além do capital” (2002), na edição da editora Boitempo, no Brasil, tem mais de mil e cem páginas. No esforço metodológico de apreender o concreto em suas múltiplas determinações, Mészáros abordou desde debates teóricos em torno de Hegel, Lukács, Kant e economistas políticos liberais ao mais concreto do sociometabolismo do capital, em relação à produção da riqueza, ao Estado capitalista, à ofensiva socialista, e até ao meio ambiente. Contudo, o exercício que propomos aqui é dar uma atenção especial à análise que Mészáros faz das mulheres, ou melhor, da emancipação das mulheres. Para tanto, é importante realizar alguns apontamentos metodológicos.

Uma leitura superficial de Marx faz parecer que o central em sua obra é apenas a produção, quando Lukács (2012, p. 285, grifo nosso) nos alerta para o fato de que “Marx faz da produção e da reprodução da vida humana o problema central”.

Ao se tomar ciência de que a reprodução é tão relevante para Marx quanto a produção no entendimento da realidade concreta, não há possibilidade alguma de se ignorar a análise das particularidades das mulheres nas relações sociais de produção e reprodução no sistema sociometabólico do capital.

As categorias econômicas são as categorias da produção e da reprodução da vida humana. Marx toma o econômico como momento predominante *em uma análise ontológica do ser social*. As bases materialistas, de que Marx parte, sofrem dupla determinação, natural e social.

Apesar de ter uma base natural, o desenvolvimento do ser social implica o afastamento das barreiras naturais. Contudo, sem nunca as suprimir. Essa relação teleológica do homem e da mulher com a natureza, de transformação desta e de si mesmo/a, é caracterizada como trabalho, no sentido ontológico. A categoria central, portanto, para análise dessas determinações, é o trabalho (LUKÁCS, 2012).

Ao falar sobre trabalho, temos que a relação entre ser social e natureza é um processo dialético: “as formas de objetividade do ser social se desenvolvem à medida que a práxis social surge e se explicita a partir do ser natural, tornando-se cada vez mais claramente sociais” (LUKÁCS, 2012, p. 287). O momento predominante que nos permite entender o salto ontológico, bem como toda a práxis social, se assenta no trabalho e no econômico, mas nunca deterministicamente, e sim dialeticamente.

A teoria marxista do valor responde abstratamente à concretude da forma histórica e social do processo de trabalho que, no modo de produção capitalista, não produz só valor de uso, produz também valor. A produção de valor é social, em uma sociedade de classes, e “a reprodução bem-sucedida das condições de dominação não poderia ocorrer sem a participação ativa de poderosos fatores ideológicos para a manutenção da ordem existente” (MÉSZÁROS, 2004, p. 327).

Diante do exposto, cabe destacar que a unidade familiar capitalista é de fundamental relevância para a reprodução de valores e ideias que reforcem o *status quo*. A família nuclear capitalista tem a mulher, na sua condição desigual e hierarquizada, com papel central nessa reprodução.

Apresentamos, muito brevemente, esses elementos introdutórios sobre o método de análise marxiano e os esforços lukacsianos de compreensão do caráter ontológico do trabalho enquanto processo de autoformação do gênero humano (LARA, 2017, p. 81). Mészáros compõe sua análise do sociometabolismo do capital a partir dessa dupla referência. É desse solo teórico-metodológico que desenvolveremos o artigo.

A explanação argumentativa será apresentada da seguinte forma: em um primeiro momento exporemos a respeito da condição da mulher na sociedade capitalista, tanto na estrutura social da divisão sexual do trabalho quanto no microcosmo da família nuclear característica do sociometabolismo do capital; na segunda seção, abordaremos as lutas das mulheres no século XX e os limites das concessões legalistas formais a essas mulheres; para enfim explanarmos a respeito das mulheres da classe trabalhadora no Brasil mediante a crise estrutural do capital e a conjuntura de reformas e ajustes da segunda metade dos anos 2010. Todo esse desenvolvimento tem por finalidade servir de aporte teórico-político às mulheres da classe trabalhadora brasileira com vistas à emancipação, portanto, à igualdade substantiva.

Do trabalho assalariado à família: controle hierarquizado e discriminatório

Temos feito o exercício de defender o materialismo histórico dialético como método de análise primordial para lutas feministas antcapitalistas e antipatriarcais (MORAES, 2017b). Nesse esforço, observamos que a obra de Mészáros é um importante alicerce na crítica ao determinismo economicista e ao politicismo voluntarista para tais análises.

Nos termos dessa metodologia, embora os fundamentos econômicos da sociedade capitalista constituam os “determinantes fundamentais” do ser social de suas classes, eles são também, ao mesmo tempo, “determinantes determinados”. Em outras palavras, as afirmações de Marx sobre o significado ontológico de economia só fazem sentido se formos capazes de apreender sua ideia de “interações complexas”, nos mais variados campos da atividade humana. Desse modo, as várias manifestações institucionais e intelectuais da vida humana não são simplesmente “construídas sobre” uma base econômica, mas também estruturam ativamente essa base econômica, através de uma estrutura própria, imensamente intrincada e relativamente autônoma (MÉSZÁROS, 2008, p. 57).

Assim, as manifestações do campo das ideias não aparecem como mero reflexo, mas são *determinantes determinadas*, e atuam sobre a produção e a reprodução social. Para Mészáros (2002, p. 267), a regulação econômica da reprodução biológica dos seres humanos tem função mediadora primária para o processo sociometabólico. Sendo assim, “a articulação historicamente mutável dos relacionamentos humanos é da maior importância”. Tais desenvolvimentos nos permitem observar que a mulher atua na sociedade de diferentes formas ao longo do tempo, e que diversas de suas determinações são sociais, portanto, capazes de transformarem-se. Mas como? Não se trata apenas de uma vontade individual subjetiva.

Conforme explanado anteriormente, para desenvolver tal análise não cabe se limitar ao empiricismo nem mesmo à especulação abstrata de viés metafísico, mas “apreender a realidade sócio-histórica e a práxis social em seus movimentos dialéticos, dinâmicos e processuais” (LARA, 2017, p. 83).

A forma histórica específica do modo de produção capitalista organiza o intercâmbio humano através de instituições que reforçam os imperativos alienantes do sistema de reprodução econômica que estrutura a sociedade em classes e que tem a burguesia como classe dominante. Exigem, portanto, “um controle social discriminatório e hierárquico” (MÉSZÁROS, 2002, p. 268). Esta forma de ser encontra correspondência no processo de trabalho assalariado, também discriminatório e hierárquico. Mészáros (2002) faz referência à família e ao trabalho enquanto “microcosmo” e “macrocosmo”, respectivamente.

Aqui podemos fazer um paralelo com a análise de Cisne (2014, p. 61-2) no que diz respeito a relações sociais de sexo (*rappports sociaux de sexe*), a partir da base teórica do feminismo materialista francês. Cisne nos explica que, no francês, há duas palavras para uma única tradução em português, no que tange a “relações”. “*Rapport* designa relações mais amplas, estruturais, enquanto *relations* diz respeito às relações mais pessoais, individuais, cotidianas”. O conceito de relações (*rappports*)

sociais de sexo nasce, segundo Cisne, no início dos anos 1980, em estreita relação com os estudos da divisão sexual do trabalho. A pesquisadora utiliza tal conceito para explicar que mudanças no âmbito do cotidiano são relativamente mais fáceis de se alterar, mas têm limites, porque as questões estruturais, ou do macrocosmo, como se refere Mészáros, exigem um processo revolucionário e coletivo de transformação.

Pares isolados podem ser capazes de ordenar (o que certamente fazem) seus relacionamentos pessoais em verdadeira igualdade. Na sociedade contemporânea existem até mesmo enclaves utópicos de grupos de pessoas que interagem comunitariamente e podem se afirmar engajados em relações interpessoais não hierárquicas humanamente satisfatórias e em formas de criar os filhos muito diferentes da família nuclear e suas fragmentações. Não obstante, nenhum desses dois tipos de relação pessoal pode se tornar historicamente dominante no quadro do controle sociometabólico capitalista (MÉSZÁROS, 2002, p. 269-270).

Essas relações entre cotidiano e relações sociais mais estruturais estão dialeticamente relacionadas. O capital não se reproduziria numa sociedade de *igualdade real*, ele pressupõe a desigualdade e relações de poder e controle, em reciprocidades dialéticas, que têm por momento predominante o econômico.

[...] enquanto o relacionamento vital entre homens e mulheres não estiver livre e espontaneamente regulado pelos próprios indivíduos em seu “microcosmo” autônomo (mas de maneira alguma independente da sociedade) do universo histórico interpessoal dado, com base numa igualdade significativa entre as pessoas envolvidas – ou seja, sem a imposição dos ditames socioeconômicos da ordem sociometabólica sobre eles – não se pode sequer pensar na emancipação da sociedade da influência paralisante que evita a auto-realização dos indivíduos como seres sociais particulares (MÉSZÁROS, 2002, p. 268).

O sistema do capital é, portanto, um sistema de relações de poder antagônicas. O poder de controle da produção está inteiramente separado dos produtores efetivos, os trabalhadores e trabalhadoras, e se impõe sobre eles/as.

O tema do controle da produção é primordial nos estudos de Mészáros. Sobre a análise dos limites das sociedades pós-capitalistas, Mészáros (2004) indica que o controle dos processos socioeconômicos fundamentais permaneceu radicalmente separado dos produtores e oposto a eles nas experiências históricas analisadas. A transferência do controle teria gerado, se houvesse ocorrido, uma genuína socialização do processo de produção em todas as suas características essenciais.

Mészáros (2002, p. 269) assinala, entretanto, que a hierarquia discriminatória não é a “causa original” do funcionamento do sistema do capital. Se assim o fosse, os antagonismos estruturais poderiam ser resolvidos com uma alteração no campo da

política, ou ideológico. Para o filósofo, “não poderia haver violação mais absurda da lógica do que a inversão das relações causais existentes”.

Sob o modo de produção capitalista, o momento predominante não permite que um conjunto abrangente de seres sociais possam organizar sua reprodução sob base de uma verdadeira igualdade, porque, conforme já afirmado anteriormente, a reprodução não é somente biológica, mas de transmissão de propriedade e de um *sistema de valores* de uma geração a outra. Tais valores vigentes na sociedade capitalista reforçam o total oposto da verdadeira igualdade (MÉSZÁROS, 2002, p. 270).

O aspecto mais importante da família na manutenção do domínio do capital sobre a sociedade é a perpetuação – e a internalização – do sistema de valores profundamente iníquo, que não permite contestar a autoridade do capital, que determina o que pode ser considerado um rumo aceitável de ação dos indivíduos que querem ser aceitos como normais, em vez de desqualificados por “comportamentos não conformistas” (MÉSZÁROS, 2002, p. 271).

Mészáros (2002) chama tal conformação subjetiva de “síndrome da subserviência internalizada”, ao se referir à subjetivação da ideologia dominante e sua expressão no cotidiano – não mecanicamente, mas contraditoriamente expressa. A ideologia dominante sempre tem interesse em preservar o *status quo*. Dado que a consciência se conforma nessa sociedade de classes e no conflito entre essas classes, a reprodução bem-sucedida das condições de dominação depende da prática cotidiana que a reforça nos microcosmos da vida.

O mito da “unidade orgânica” domina o discurso ideológico e, no nível aparental, apresenta a sociedade como harmônica e consensual, ou seja, interesses particulares como se gerais fossem, quando, pelo contrário, a sociedade que a ideologia dominante defende é dilacerada por contradições e antagonismos internos (MÉSZÁROS, 2004).

A família nuclear hierarquizada, com a mulher em condição de submissão, na maioria dos casos, faz com que esse sistema de valores seja internalizado e prevaleça nas condições do presente, em total sintonia com o sistema do capital. “A família está entrelaçada às outras instituições a serviço da reprodução do sistema dominante de valores, ocupando uma posição essencial em relação a elas, entre as quais estão as igrejas e as instituições de educação formal da sociedade” (MÉSZÁROS, 2002, p. 272).

Apesar desse caráter reprodutor de valores desiguais das famílias nucleares, por não considerar o econômico como determinante mecânico dos desenvolvimentos

ideológicos da sociedade, Mészáros (2002) aponta para diversos desenvolvimentos de lutas e resistências das mulheres na política. Ao fazê-lo, Mészáros (2002) também discorre sobre os limites dessas lutas e sobre os fundamentos de tais limites, para que se possa superá-los em condições de luta futuras.

A luta política das mulheres por igualdade. Qual igualdade?

As mulheres adentraram o mercado de trabalho massivamente no século XX para vender sua força de trabalho. Isso não resultou em igualdade entre homens e mulheres. Pelo contrário, houve a tendência de rebaixamento salarial para toda a força de trabalho, na medida em que o salário que antes deveria garantir a reprodução do homem e de sua família, agora tem essa relação dividida entre ambos. Ademais, o acesso ao mercado de trabalho pelas mulheres burguesas é bastante diferente das mulheres proletárias: “enquanto a mulher burguesa passa orgulhosa e de cabeça erguida pela porta das profissões intelectuais que se abre diante dela, a mulher proletária se curva ao destino e entra na linha de produção industrial” (KOLLONTAI, 2017, p. 151).

E, aqui, não estamos abordando a questão do trabalho gratuito executado pelas mulheres no espaço doméstico, tão primordial para pensar a desigualdade na família nuclear. Segundo Itaboraí (2016) as transformações do trabalho feminino, com o aumento das mulheres no trabalho profissional é bastante expressiva, sem, entretanto, passar pela transformação das desigualdades de gênero na vida doméstica².

Mészáros (2002) adverte que mesmo as relativas conquistas do passado, em tempos de ascensão histórica de expansão do capital, tendem a sofrer recuos significativos em tempos de dificuldades de acumulação. “Portanto, é inevitável que também a esperada melhoria na condição das mulheres dentro das margens da ordem estabelecida se torne irrealizável com o encolhimento da margem de manobra do capital” (MÉSZÁROS, 2002, p. 273).

Ideologicamente se reforça, na ordem da reprodução sociometabólica do capital, que há sim igualdade nessa sociedade. A questão é: qual igualdade? Segundo

² Mészáros (2002) não desenvolve uma análise da questão do trabalho doméstico realizado gratuitamente. Sua análise da família se refere mais à reprodução de valores.

Mészáros (2002), se trata da “igualdade de oportunidades”, própria do pensamento liberal.

Marx, em suas análises teóricas, se debruçou ao desvendamento da igualdade formal, com sua base jurídica estabelecida, sob o véu da neutralidade política, que gera o “mito da igualdade” que, na verdade, reproduz a sociedade desigual. Para explanar sobre tal temática, recorreremos às análises de Marx em “O Capital” (2013) e em “Sobre a questão judaica” (2010).

No capítulo dois do Livro I de “O Capital” (2013), ao discorrer sobre o processo de troca, Marx inicia a análise destacando o fetiche da mercadoria, como se as mercadorias pudessem, por si mesmas, irem ao mercado e se trocarem umas pelas outras. Na verdade, o fetichismo encobre o fato de que, por trás das mercadorias, há seus guardiões, os possuidores das mercadorias. Essas mercadorias, por serem coisas, não oferecem resistência aos homens e mulheres. Na verdade, são homens e mulheres que estabelecem relações de troca entre si, reconhecendo-se mutuamente como proprietários privados. Trata-se de uma relação jurídica, que se estabelece via contratos.

A forma é jurídica, entretanto, seu conteúdo é dado pela relação econômica. É essa relação jurídica que coloca as pessoas numa *igualdade formal* no mercado, quando, na realidade material-concreta, há uma condição bastante desigual entre aquele que detém apenas a mercadoria força de trabalho e aquele que detém a mercadoria meios de produção. São “máscaras econômicas” com as quais as pessoas se relacionam umas com as outras em condição de igualdade – formal.

O sistema do capital não é apenas “aparentemente irracional”, mas completa e irremediavelmente irracional; além disso, não é “impessoal” em sua natureza real, mas apenas aparentemente impessoal. Ou seja, ele é impessoal apenas devido ao fetichismo da mercadoria historicamente prevalecente, que faz com que um tipo de relação entre os homens – sob o modo de controle sociometabólico do capital – assumam a seus olhos “a forma fantástica de um relacionamento entre coisas”, para que “sua própria ação social assumam a forma de ação de objetos que dominam os produtores em vez de serem por eles dominados” (MESZÁROS, 2002, p. 281).

Ao escrever sobre o fetichismo da forma jurídica, Mészáros (2002) aponta para as igualdades formais conquistadas pelas mulheres, tais como o direito de vender a sua força de trabalho e o direito de votar. Para ele, tais concessões legalistas formais não garantem a emancipação da mulher.

Outro exemplo que podemos citar de conquista de igualdade na forma jurídica foi a introdução de uma lei, em 1963, na Itália, que proibia a demissão de mulheres

trabalhadoras quando se casavam, referidas às chamadas “cláusulas de solteirice”. A conquista desse direito formal foi resultado da pressão da associação de mulheres, sindicatos e membros femininos do parlamento italiano à época (BETTI, 2017, p. 73), mas não alterou a condição precária da mulher no trabalho assalariado (macrocosmo) e nem na relação subordinada no interior da família nuclear (microcosmo).

A defesa da liberdade individual e da igualdade formal são pressupostos do pensamento liberal. A negação do Estado acompanha o arcabouço ideológico liberal, o qual afirma que qualquer tipo de planejamento leva à ditadura e se sobrepõe às liberdades individuais. Mészáros (2002, p. 280), contudo, aponta para a contradição: em nome da liberdade, a maior virtude para os liberais é “a submissão inquestionada de todos os indivíduos à tirania do mercado”. A igualdade de oportunidades, que fez e faz parte da luta das mulheres – direito ao voto e direito ao trabalho assalariado, por exemplo – esbarra nos limites de que, se nenhuma mudança for efetivada na base estrutural da sociedade, no que diz respeito ao controle do trabalho e ao quadro estrutural de dominação e hierarquia de classes, não há de haver emancipação das mulheres e/ou avanço no sentido da igualdade substantiva.

Em “Sobre a questão judaica” (2010), Marx analisa a diferença entre emancipação política e emancipação humana. Assinala que a emancipação política, que passa pelo marco do acesso a direitos, não vai além de reduzir homens e mulheres a membros da sociedade burguesa, a indivíduos egoístas independentes. Já a emancipação humana é alcançada quando o homem e a mulher individuais tiverem se tornado entes genéricos “na qualidade de homem [mulher] individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais [...] não mais separar de si mesmo a força social na forma da força política” (MARX, 2010, p. 54).

Há que se destacar a particularidade da luta da emancipação das mulheres que, por princípio, não pode ser uma luta pela mera emancipação política. Por essência, a luta das mulheres é uma luta pela emancipação humana, portanto, anticapitalista. Mészáros (2002) destaca o fato de que a exigência da emancipação das mulheres traz uma nova dimensão aos enfrentamentos históricos pela igualdade substantiva. As mulheres estão em todas as classes sociais e ocupam, sem exceção, posição subordinada em todas elas. Portanto, é muito limitada a luta pela emancipação política que as insira como cidadãs na sociedade burguesa, porque, ainda assim, continuarão na sua condição subordinada. Kollontai (2017, p. 156) já assinalava tal limitação: “[...] a proletária sofre não apenas como aquela que vende a sua força de trabalho, dirão as burguesas defensoras da igualdade de direitos da mulher, mas

sofre também como mãe e esposa: subjugam-na a falta de direitos na sociedade e a submissão ao homem”.

A mera representação política, com mulheres no poder da empresa ou do Estado, também é uma vitória limitada, dado que em nada modifica a relação estrutural de dominação e hierarquizada da sociedade capitalista, e nem mesmo na relação de dominação e hierarquizada das famílias “tradicionais”.

Por isso, o “poder nas mãos das mulheres” teria de significar poder nas mãos de todos os seres humanos ou nada, exigindo o estabelecimento de uma ordem de produção e reprodução sociometabólica alternativa radicalmente diferente, que abrangesse todo o quadro de referências e as “microestruturas” que constituem a sociedade (MÉSZÁROS, 2002, p. 287).

Mas Mészáros (2002) não se restringe à crítica ao pensamento liberal e a sua “igualdade de oportunidades”, descreve que também a luta no espectro da classe trabalhadora pode ter seus limites, como é o caso da socialdemocracia, que, ao aceitar melhorias parciais, permanece bastante distante da igualdade substantiva. O projeto de igualdade da socialdemocracia se basta em um discurso vazio ao não tocar no edifício estrutural da sociedade de classes sustentada na exploração. Isso quando o próprio discurso socialdemocrata não abandona as reformas e sucumbe a uma versão do liberalismo burguês.

Mészáros (2002) vai além, e analisa as falhas com relação à emancipação das mulheres nas sociedades pós-capitalistas. Havia a promessa de mudanças substanciais nessas sociedades, que alavancariam a emancipação das mulheres, mas as relações de poder foram em quase nada alteradas nessas sociedades, em especial na União Soviética. Segundo informações do filósofo, o registro de mulheres em postos de poder em sociedades pós-capitalistas é menor que em países capitalistas.

A política tem um poder transformador importante nessas sociedades, porque pode, através de intervenção política direta, iniciar grandes mudanças no processo de reprodução, criando espaço, para elementos de projetos feministas (creches, lavanderias e restaurantes coletivos, por exemplo). Mas sociedades pós-capitalista que ainda se mantenham sob o domínio do capital impedem tais avanços, porque, no limite, “a administração hierarquizada da extração do trabalho excedente reafirma-se como característica determinante decisiva do sociometabolismo também sob as circunstâncias alteradas” (MÉSZÁROS, 2002, p. 293). Nesse caso, a questão da igualdade não pode extrapolar a divisão hierárquica do trabalho social prevalente.

Voltamos à centralidade do debate em torno do controle sobre o processo de trabalho:

Na ausência de uma forma alternativa de controle social baseada em um envolvimento de massa sempre crescente e verdadeiramente ativo, o exercício continuado dessas funções estrategicamente privilegiadas por um órgão separado, por sua vez, acaba encontrando seu equivalente subjetivo no escalão de "funcionários do Estado burocratizado" (MÉSZÁROS, 2004, p. 355).

Assim, mesmo na sociedade pós-capitalista não se alcançou a igualdade substantiva, mas se ratificou o papel subordinado das mulheres na força de trabalho estruturalmente hierarquizada, ainda que no microcosmo de suas famílias, algumas mulheres tenham conseguido estabelecer alguns espaços de liberdade.

Plenos direitos políticos? Sim, a trabalhadora precisa deles ainda mais do que a burguesa. Direitos políticos para a trabalhadora: essa é uma arma poderosa na luta pela libertação. Mas será que essa reforma, ainda que tão radical, será que esse ponto culminante dos ardentes desejos feministas libertará a proletária do abismo de sofrimentos e males que a perseguem tanto como mulher como vendedora da própria força de trabalho? Não! Enquanto a mulher for obrigada a vender a sua força de trabalho e a suportar o jugo do capitalismo, enquanto os meios atuais de exploração destinados à produção de novos valores seguirem vivos, enquanto houver tudo isso, a mulher que escolhe o próprio marido apenas pelas inclinações de seu coração ou a mãe que olha sem medo para o futuro de seus filhos não serão nem livres nem independentes (KOLLONTAI, 2017, p. 156).

Ao apresentar os limites da luta pela emancipação das mulheres a partir de Mészáros (2002), em conexão com outros autores e autoras, temos por objetivo alicerçar as mulheres da classe trabalhadora no Brasil, tanto nas análises quanto nas estratégias de luta política na atual conjuntura. Não haverá libertação ou emancipação no horizonte.

Crise estrutural do capital e mulheres da classe trabalhadora brasileira: alguma igualdade?

O Brasil vem sofrendo de forma intensificada os impactos da crise estrutural do capital há algumas décadas, mas a sua expressão mais perversa e bárbara atinge a classe trabalhadora brasileira mais fortemente desde o ano passado, 2016.

Desde que Michel Temer assumiu a presidência do país através de golpe³, uma série de reformas têm sido implementadas, as quais afetam diretamente a classe

³ Bianchi (2016) propõe repensar o conceito de golpe para pensar as especificidades recentes de golpes que ocorrem via legislativo ou judiciário ou por uma combinação de grupos e facções.

trabalhadora, a se iniciar pela Proposta de Emenda Constitucional 241 (PEC 241), a qual se efetivou via Emenda Constitucional 95/2016 (BRASIL, 2016). Tal emenda estipulou um teto de gastos para investimento público em educação, saúde e uma série de direitos sociais, frutos de lutas de gerações de trabalhadores e trabalhadoras. No que diz respeito à amortização e pagamento de juros da dívida pública, nenhum limite foi estipulado.

Tais cortes e expropriações de direitos atingem toda a classe trabalhadora, mas afetam particularmente às mulheres, dada a desigualdade no interior tanto do microcosmo quanto do macrocosmo da sociedade sob sociometabolismo do capital.

Mészáros (2002) afirmou claramente em sua explanação que, em momentos de crise, os pouco avanços obtidos no sentido de uma emancipação – ao menos política – das mulheres, tende a retroceder. Pois as crises que afetam diretamente o âmbito da produção, inevitavelmente afetam também a reprodução. As mulheres sofrem as consequências dessa crise em ambas as dimensões.

Na divisão sexual do trabalho, as mulheres ocupam postos mais precários. Segundo Lavinias (1999), “existe uma *trade-off* entre elevação da taxa de emprego feminina, ou feminização do emprego, e precarização das relações de trabalho, que explicaria vantagens comparativas da mão-de-obra feminina sobre a masculina”. E é em nome da conciliação entre vida familiar e vida profissional que os empregos precários, parciais, sem carteira assinada etc. são oferecidos às mulheres (HIRATA, 2007).

Betti (2017, p. 85) reafirma o exposto, ao analisar a realidade italiana e tomar como pilar “o gênero como uma característica constante do trabalho precário dentro da história do capitalismo”. Tal condição histórica tem impactos diretos sobre o espaço da reprodução, quando a falta de estabilidade no emprego tem impactos diretos na reprodução familiar. A Unione Donne in Italia (UDI, União Mulheres em Itália) chegou a lançar a campanha “A precariedade nos esteriliza”.

A precariedade do emprego nos últimos 60 anos na Itália tem sido uma fonte de desequilíbrios entre trabalho-vida para as mulheres, prejudicando suas chances de autodeterminação tanto no trabalho quanto na esfera privada. O trabalho precário, tal como contratos temporários, tem sido uma forma de privar as mulheres de seus direitos de maternidade para cortar custos trabalhistas. Formas específicas de discriminação tais como “demissões pontuais” com as quais se lidou fortemente durante o período fordista, reapareceram nos pós-fordistas, mostrando claramente o modelo de dominância masculina no mercado de trabalho italiano e na cultura empreendedora. Na verdade, as mulheres em ambos os períodos são as

trabalhadoras que mais vivenciaram a precariedade do emprego (BETTI, 2017, p. 84).

Mais uma vez, trata-se de uma luta nos limites do âmbito formal jurídico e também das liberdades individuais, sobre a escolha de ser ou não mãe. Com isso, não se quer minorar tais lutas das mulheres, apenas indicar que não alcançam igualdade substantiva. Corre-se o risco de se bastar a uma luta pela família reproduzida no sistema sociometabólico do capital. Ou apenas de solicitar níveis de exploração da força de trabalho igualitárias aos dos homens, ou de parcela desses, sem questionar a estrutura de classes.

Os abalos que as crises ocasionam em todos os âmbitos e instituições que regulamentam a sociedade, com o aumento do número de crimes, por exemplo, também leva à responsabilização das famílias e, mais precisamente, das mulheres das famílias.

[...] os porta-vozes do capital na política e no mundo empresarial procuram lançar sobre a família o peso da responsabilidade pelas falhas e “disfunções” cada vez mais frequentes, pregando de todos os púlpitos disponíveis a necessidade de “retornar aos valores da família tradicional” e aos “valores básicos” (MÉSZÁROS, 2002, p. 272).

A conformação da educação como mercadoria e da internalização da ideologia dominante expressas na Reforma do Ensino Médio (BRASIL, 2017a), na formação de uma Base Nacional Comum Curricular e na nova Política de Formação de Professores decretadas pelo atual governo brasileiro tem sofrido resistência por parte de professores (Movimento pela Escola Democrática) (Cf.: GOETTEN, 2017) e por estudantes (com mais de mil escolas ocupadas no final do ano de 2016) (Cf.: TOKARNIA, 2016). Por outro lado, a defesa da família tradicional se expressa no movimento Escola Sem Partido (Cf.: MESP, 2017), que ataca fortemente o pensamento crítico e o debate de gênero na Escola Básica. Todo esse movimento, no plano do discurso, recorre à defesa da “liberdade individual” e da “igualdade de oportunidades”, ao mesmo tempo em que responsabiliza as mulheres no interior da família nuclear pela educação das crianças.⁴

Assim como a família, a escola também deve ser uma instituição que reforce a ideologia dominante e, portanto, as condições de dominação e hierarquização da ordem burguesa na sociedade de classes.

⁴ Segundo o movimento “Escola Sem Partido”, a escola é o lugar da instrução, a educação é de responsabilidade familiar.

[...] assegurar a manutenção da gritante desigualdade e dos privilégios da educação, por exemplo, é algo que “se deve buscar indiretamente, garantindo amplos recursos para a subsistência da parte do sistema que atende à oligarquia, deixando, ao mesmo tempo, faminta a parte que atende às classes baixas e aos trabalhadores. Isto garante a desigualdade na educação tão vitalmente necessária para apoiar a desigualdade geral que é o coração e a essência de todo o sistema (MÉSZÁROS, 2002, p. 274).

A educação escolar e a educação no interior da família nuclear devem servir à reprodução dos valores da ordem social estabelecida, reforçando e perpetuando a subordinação da classe e a subordinação da mulher, sem questionar a divisão social e a divisão sexual do trabalho.

A Reforma Trabalhista (BRASIL, 2017b) aparece como mais um enorme obstáculo à luta da emancipação das mulheres no Brasil. Ao alterar mais de duzentos dispositivos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), modificou modelos de contrato, jornadas de trabalho e formas de remuneração dos trabalhadores e trabalhadoras. A reforma amplia a liberdade das empresas em manejar a força de trabalho conforme suas necessidades, e elimina eventuais entraves que possam ser postos pelas instituições públicas (KREIN *et alli*, 2017).

Moraes (2017a) alerta para o fato de que a classe trabalhadora brasileira é bastante heterogênea, composta por mulheres, homens, LGBT⁵, migrantes, brancos, negros e outras etnias. As reformas em curso recaem de forma diferenciada sobre essa classe: mulheres negras, por exemplo, tendem a sofrer mais fortemente os impactos das reformas que homens brancos. Por um lado, isso se dá devido ao fato de que aquelas já ocupam os postos mais precários do mercado de trabalho, inclusive na informalidade, e, por outro lado, porque os cortes em investimento em educação, saúde e assistência social públicas vão sobrecarregar ainda mais as mulheres no espaço doméstico, especialmente as negras, que geralmente ocupam a estratificação mais empobrecida. Elas costumam ser as responsáveis pelos cuidados tanto de crianças e idosos, bem como dos homens saudáveis.

A expropriação de direitos de acesso a políticas sociais coloca empecilhos, inclusive, para ter tempo disponível para organizar a luta necessária pela igualdade substantiva. Outro obstáculo é a força da ideologia dominante que, apesar de, no cotidiano, as mulheres conseguirem sentir a sobrecarga de trabalho, lhes é apresentada como possibilidade, ou oportunidade, a saída individual como solução, via “empoderamento”, “empregabilidade” e “empreendedorismo”.

⁵ Lésbicas, gays, bissexuais e transexuais.

“O obscurecimento do que realmente está em jogo é a arma proeminente no arsenal dos apologistas da desigualdade” (MÉSZÁROS, 2002, p. 295). A promessa de igualdade de oportunidades é o “mantra” da ideologia dominante que invade o cotidiano de homens e mulheres da classe trabalhadora, e promete uma mudança nas condições de existência que nada condizem com os limites da condição de homens e mulheres em posição subordinada na estrutura social: “ao se eliminar a *verdadeira igualdade* do rol das aspirações legítimas, as hierarquias estruturais do sistema do capital são reforçadas e se tornam provedoras indispensáveis das vazias ‘oportunidades’” (MÉSZÁROS, 2002, p. 295).

Outro elemento que aparece no desenvolvimento de Mészáros (2002), e que é explorado de forma mais concreta por Tenorio (2017), é o fato de que não basta ter uma mulher como forma de representatividade em postos de poder. Tal pressuposto caracterizaria uma análise essencialista. Tenorio (2017) demonstra que as políticas sociais no Governo Dilma (2011-2016), anterior ao Governo Temer, se caracterizavam por terem, como eixo condutores, o “empoderamento” e a “autonomia” feminina, em detrimento de mudanças estruturais que as beneficiassem. Tais políticas sociais fortaleceram a individualização e o familismo, não contemplando as pautas feministas anticapitalistas.

São necessárias mudanças fundamentais no que diz respeito ao controle do processo de trabalho, no sentido de uma verdadeira e substantiva igualdade, que alcance a produção e a reprodução social, rumo à superação das estruturas hierárquicas discriminatórias, no “macrocosmo”, mas também nas relações interpessoais, dentre elas no âmbito familiar, no microcosmo, para que possamos enfim falar em emancipação real das mulheres. Somente “a natureza humana (‘socialidade’) liberada do egoísmo institucionalizado (a negação da socialidade) superará a ‘reificação’, o ‘trabalho abstrato’ e os ‘apetites imaginários’” (MÉSZÁROS, 2006, p. 138).

Considerações finais

Como este artigo, buscou-se destacar a atenção de Mészáros para a heterogeneidade da classe trabalhadora, algo que ele aponta como uma lacuna nas obras de Karl Marx. Mészáros não esperava que Marx tivesse dado todas as respostas para a complexa sociedade que se desenvolveu sob o modo de produção capitalista, mas é de nossa responsabilidade, enquanto estudiosos e estudiosas marxistas, avançar nas análises. Segundo Mészáros (2004, p. 347), “não há a menor indicação

em Marx de que, além da fragmentação entre ‘capital e trabalho’, etc. deve-se também enfrentar a fragmentação dentro do próprio trabalho [...].”

Ao estar atento à heterogeneidade no interior da classe trabalhadora, falar sobre as mulheres aparece como uma temática imprescindível. Para tanto, um dos elementos centrais apontados por Mészáros (2002, p. 305) é a inversão da ordem que está colocada hoje nas lutas pela emancipação das mulheres entre justiça e igualdade, para quem a única maneira de dar base à justiça é “retirando-a do reino da mistificação ideológica e da manipulação cínica, é fazer com que a igualdade substantiva se torne o princípio eficaz da regulamentação de todas as relações humanas”.

Nesse sentido foi que desenvolvemos o artigo, na tentativa de apontar para a importância das análises materialistas histórico-dialéticas com relação à interação complexa entre base estrutural econômica e desenvolvimento do arcabouço ideológico, que atua como determinante determinado nas relações sociais do sociometabolismo do capital. A condição da mulher, em suas particularidades, está assentada nesse desenvolvimento sócio-histórico, com especificidades tanto com relação à divisão sexual do trabalho quanto no interior do cotidiano das famílias nucleares, que reproduzem valores que perpetuam a desigualdade nos âmbitos do macrocosmo e do microcosmo sociais.

A segunda seção abordou os limites das lutas políticas das mulheres que atuam no sentido de uma igualdade formal-jurídica. Para tanto, apresentamos, a partir de Mészáros (2002), a aproximação dessas lutas com o ideário liberal da “igualdade de oportunidades”, bem como com as conquistas parciais das lutas no interior da socialdemocracia, observando, inclusive, os limites das conquistas das mulheres em sociedades pós-capitalistas.

Por fim, a última parte do artigo descreveu elementos da conjuntura política brasileira, em plena crise estrutural do capital, como crescentes obstáculos às lutas das mulheres da classe trabalhadora. Entretanto, o desenvolvimento das seções anteriores aparecem como alicerces para que os percalços históricos não venham a se repetir, para que a luta das mulheres da classe trabalhadora não seja seduzida pela “igualdade de oportunidades” liberal, nem se baste em conquistas parciais do reformismo, de modo que compreendam que a luta pela igualdade substantiva ou é anticapitalista, inclusive entendendo os enormes desafios já dados em sociedades pós-capitalistas, ou não haverá emancipação no horizonte.

Referências

BETTI, Eloisa. Gênero e trabalho precário em uma perspectiva histórica. **Revista Outubro**, nº 29, novembro de 2017.

BIANCHI, Álvaro. O que é um golpe de estado? **Blog Junho**, 26 de março de 2016. Disponível em: < <http://blogjunho.com.br/o-que-e-um-golpe-de-estado/>>. Acesso em 06 nov., 2017.

BRASIL. **Emenda Constitucional 95**, de 15 de dezembro de 2016. Dispõe sobre alterações do regime fiscal federal. Brasília (DF): 2016. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm>. Acesso em 21 set, 2017.

_____. **Lei nº 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Dispõe sobre alterações nas Diretrizes e Bases da Educação. Brasília (DF): 2017a. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-publicacaooriginal-152003-pl.html>>. Acesso em 22 set., 2017.

_____. **Lei nº 13.467**, de 13 de julho de 2017. **Presidência da República**. Dispõe sobre alterações na CLT. Brasília (DF): 2017a. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm>. Acesso em 22 set., 2017.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

MESP – MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO. **Escola Sem Partido**. S./l.: 2017. Disponível em <www.programaescolasempartido.org>. Acesso em 12 de novembro de 2017.

GOETTEN, Carolina. Movimento Educação Democrática é lançado para se contrapor à ‘Escola sem Partido’. **Brasil de Fato**, Curitiba, 28 de setembro de 2017. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2017/09/28/pr-movimento-educacao-democratica-e-lancado-para-se-contrapor-a-escola-sem-partido/>>. Acesso em 12 nov., 2017.

HIRATA, Helena. Flexibilidade, trabalho e gênero. In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (Orgs.). **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: Senac, 2007.

ITABORAÍ, Nathalie Reis. Temporalidades plurais: desigualdades de gênero e classe nos usos do tempo das famílias brasileiras. In: FONTOURA, Natália; ARAÚJO, Clara (Orgs.) **Uso do tempo e gênero**. Rio de Janeiro: UERJ, 2016.

KOLLONTAI, Aleksandra Mikháilovna. A mulher trabalhadora na sociedade contemporânea. In: SCHNEIDER, Graziela (Org.). **Emancipação feminina na Rússia Soviética**. São Paulo: Boitempo, 2017.

KREIN, Dari *et alli*. **Subsídios para a discussão sobre a reforma trabalhista no Brasil**. Texto de discussão nº 4: Relações de trabalho. Unicamp: Cesis, 2017.

LARA, Ricardo. **História e práxis social**: introdução aos complexos categoriais do ser social. Bauru: Canal 6, 2017.

LAVINAS, Lena. Empregabilidade: uma noção conjugada no feminino. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (Orgs.). **O trabalho das mulheres**. São Paulo: SOF, 1999.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **O capital**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, István. A liberação das mulheres: a questão da igualdade substantiva. In: **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. Consciência de classe necessária e consciência de classe contingente. In: **Filosofia, ideologia e ciência social**. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MORAES, Livia de Cássia Godoi. Um debate em torno da Proposta de Emenda Constitucional 55 (PEC 55): Governo Temer, capital fictício e as mulheres da classe trabalhadora brasileira. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11; WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 13, 2017, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2017a, p. 1-12. Disponível em <http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1497797185_ARQUIVO_ArtiAr_FazendoGenero2017.pdf>. Acesso em 01 de novembro de 2017.

_____. Pressupostos teórico-metodológicos para uma análise feminista: da relevância do materialismo histórico dialético. In: JORNADAS DE ECONOMÍA CRÍTICA, 10, 2017, Los Polvorines. **Anais da X Jornadas de Economía Crítica, Los Polvorines**: Universidade General Sarmiento; Sociedad de Economía Crítica, 2017b, p 01-16. Disponível em <https://drive.google.com/drive/folders/0B9Ou85DoiqU_NjNhVGIPNkttcGs>. Acesso em 10 de novembro de 2017.

TENORIO, Emilly Marques. O “protagonismo” das mulheres nas políticas e programas sociais do Governo Dilma. **Argumentum**, Vitória, v. 9, n. 1, jan/abr. 2017.

TOKARNIA, Mariana. Mais de mil escolas do país estão ocupadas em protesto; entenda o movimento. **Agência Brasil**, 25 de outubro de 2016. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-10/mais-de-mil-escolas-do-pais-estao-ocupadas-em-protesto-entenda-o-movimento>>. Acesso em 12 nov., 2017.

Recebido em 14/11/2017

Aprovado em 24/07/2018